

À CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS DO CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL – CMI/ COPAM

REF.: Parecer de vista - Licença Prévia e de Instalação Concomitantes – LP+LI para ampliação

Empreendimento: Vale Fertilizantes S.A - Pilhas de rejeito/estéril

Município: Araxá /MG

Processo Administrativo COPAM: nº 78/1980/053/2012 - Classe 6

DNPM: nº 035.101/1946

Trata-se de requerimento de Licença Prévia e de Instalação Concomitantes para ampliação da atividade de Pilhas de rejeito estéril para uma área útil de 80,0 hectares, porte e potencial poluidor grande, enquadrado em classe 6, de acordo com a DN 74/04.

A atividade objeto de análise trata-se de uma atividade de apoio, subsidiando o desenvolvimento das atividades de lavra e conseqüentemente da indústria química, que encontram-se regularizadas ambientalmente.

Em função do esgotamento da área de disposição de estéril atual, há necessidade de licenciar novas áreas de disposição de estéril. A ampliação do atual depósito de estéril para a porção sudoeste, área denominada SW – FASE 2, na qual é prevista a disposição de 3 Mt/ano de material estéril, terá vida útil prevista de 25 anos.

Junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM sob o processo nº. 035.101/1946, a poligonal foi requerida pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, e a Vale Fertilizantes S.A. desenvolve as atividades de lavra como arrendatária, mediante contrato averbado junto a Autarquia Federal. Para o aproveitamento da substância mineral Apatita, foi emitida Portaria de Lavra em 1951.

• **Caracterização do Empreendimento**

O projeto inicialmente apresentado pela Vale Fertilizantes S.A para a FASE 2 contemplava 4 pilhas denominadas 2-A, 2-B, 2-C e 2-D, com área de interferência total de 126 há. No dia 17/02/2017, a Vale Fertilizantes S.A protocolou na SUPRAM TMAP ofício solicitando a exclusão no processo de licenciamento das Fases 2C e 2D, alegando que atualmente houve uma diminuição do beneficiamento das reservas das minas F4 e do barreiro e conseqüentemente a diminuição da geração de estéril.

Sendo assim, o presente parecer Único refere-se apenas ao licenciamento ambiental das fases 2A e 2B com área total de interferência de 80 ha.

Com a geração do volume estimado de 3 Mt/ano de estéril, e uma área de interferência de 80 ha, estimou-se uma vida útil do depósito de estéril de cerca de 25 anos.

Conforme estudos apresentados, o projeto das pilhas obedece aos seguintes parâmetros geométricos:

- Ângulo de face: 26º (H:V = 2:1);

- Largura das bermas: 7 m;
- Inclinação máxima das rampas: 10%
- Compactação nas pilhas: 85 a 90%.
- Densidade do material na pilha: 1,71 t/m³

As operações construtivas do depósito de material estéril, dado que se trata de uma ampliação do depósito já existente, seguirão basicamente as mesmas diretrizes do depósito atual. A ampliação do depósito de material estéril se dará em duas novas pilhas: 2-A e 2-B. A geometria proposta para a ampliação do depósito de material estéril é composta dos seguintes parâmetros:

- Cota máxima do topo das pilhas a 1.200m;
- Bancos de 10m de altura;
- Inclinação dos taludes de 1V:2H.

A expansão do depósito se dá de baixo para cima, com bancos formados por camadas de 2 a 3 m de espessura espalhadas por tratores. Junto à crista dos taludes serão executadas leiras de solo, para manter a drenagem das águas de chuva na própria berma, evitando que haja alagamento e erosão, além de representarem proteção para o tráfego.

À medida que os bancos são completados, os taludes devem ser revegetados com gramíneas e instalados os instrumentos de monitoramento geotécnico.

• **Alternativas Locacionais**

A geração de material estéril é inerente à lavra de qualquer minério pelo simples fato que para se ter acesso ao minério é necessário remover o material que não tem as mesmas qualidades químicas e mineralógicas do minério.

Como ao se remover o material estéril é necessário dar-lhe uma destinação, a alternativa clássica é depositá-lo em pilhas. Estas pilhas devem estar próximas à área de lavra de forma a minimizar os custos e os impactos ambientais com o transporte deste material que não é aproveitável. Esta é a opção atual de armazenamento de material estéril proveniente da mina em operação da VALE FERTILIZANTES em Araxá, sendo naturalmente esta a opção de deposição.

A disposição de estéril da mina do Barreiro é hoje realizada no depósito SW – Fase 1, que vem operando há vários anos, e cuja capacidade de armazenamento está se esgotando. Com isto, com a operação da nova mina, o material estéril, tanto da mina Atual (Barreiro) quanto da Mina F4, deverá ser disposto no “Depósito de Estéril SW – FASE 2”, em área contígua à do depósito SW – Fase 1, exigindo a sua expansão lateral, mas não o aumento em altura.

O depósito atual situa-se a SW da mina do Barreiro, constituindo como único local possível de expansão, pois a leste o depósito atual faz limite com a propriedade e área de lavra da CBMM (mineração de nióbio, DNPM 006.746/56); ao norte está situada a Estância Hidromineral de Araxá e a nordeste, a Mina do Barreiro. Assim, a única opção viável seria a expansão da área situada a SW do depósito de estéril atual (SW – Fase 1), o que também viabiliza o aproveitamento de toda a infraestrutura de acessos atualmente existente e utilizada pela VALE FERTILIZANTES.

A construção de um novo depósito de estéril em outro local requereria a aquisição de propriedade, novos estudos ambientais e geotécnicos e a construção de novos acessos e obras de drenagem. Há ainda o fato de que um depósito de estéril a uma distância

excessiva da frente de lavra pode inviabilizar economicamente todo o empreendimento por encarecer o transporte de material estéril.

Avaliou-se a opção de disposição de estéril na cava da atual mina do Barreiro. No entanto, a mina do Barreiro tem 176 milhões de toneladas de recursos de minério Sílicocarbonatado, com um teor médio de 7,5% de P₂O₅ apatítico, ou seja, mais alto que o teor de corte atual, de 5 %, e acima da cota 980m, cota esta que representa o fundo da cava atual e é o limite de aprofundamento permitido pelo licenciamento ambiental. Este minério atualmente é objeto de estudo pela equipe técnica da VALE FERTILIZANTES, para ser beneficiado a médio prazo. Portanto, qualquer deposição de estéril na cava poderia inviabilizar o eventual aproveitamento deste minério no futuro, dado que a mina do Barreiro continuará em operação.

- **Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos**

Será necessária a canalização do curso de água, através de drenos de fundo, em 03 (trechos) situados na área pretendida de ampliação da pilha de estéril FASE 2A - Fig. 04. Os processos de outorgas foram analisados pela equipe técnica da SUPRAM TMAP e submetidos ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, por se tratarem de outorgas de grande porte, segundo a Deliberação Normativa CERH nº 7/2002. Tal procedimento foi concluído com a deliberação de deferimento desses pleitos de outorga de uso de águas públicas em reunião realizada no referido comitê de bacia, conforme Deliberação CBH Araguari nº09, de 19 de Maio de 2016.

Cabe mencionar que foi apresentado nos estudos ambientais o Programa de controle da qualidade das águas contemplando que as medidas mitigadoras em impactos ocorridos sobre a disponibilidade dos recursos hídricos devem ser realizadas de forma que a rede de drenagem mantenha a quantidade e qualidade anterior à ampliação do depósito de estéril. Assim, é prevista a implantação de drenagem de fundo (construídos com pedras e envoltos em brita e geotextel como transição) nos córregos e nascentes que sofrerão interferência em função das atividades de disposição de estéril, sendo que estes drenos serão direcionados para o córrego Capivarinha, para o qual drenam atualmente suas águas.

- **Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)**

A ampliação do depósito irá interferir em 12,59 ha de Floresta Estacional Semidecidual, somando os estágios inicial (4.20,61 ha) e médio (8.38,60 ha) de regeneração natural, e em 5.69,21 ha de áreas de preservação permanente – APP's, sendo que destas 4.90,21 ha são caracterizados por Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração.

Além disso, haverá a supressão de 145 indivíduos arbóreos nativos isolados na paisagem.

Conforme inventário florestal apresentado estimou-se um volume lenhoso total de 4.072,12 m³ para a área objeto de supressão vegetal.

Foi apresentada a Anuência Prévia IBAMA N°. 12/2014 para a supressão de vegetação nativa do bioma mata atlântica necessária à ampliação da Pilha de Estéril, para as tipologias vegetacionais de floresta estacional semi-decidual no estágio médio de regeneração, sendo válida por período de 4 anos, a partir de sua data de emissão, ou seja, em 03/12/2014.

Identificaram-se na área objeto das supressões 54 espécies de *Tabebuia vellosi* (ipê amarelo), protegida pela Lei Estadual nº. 9.743/1988, modificada pela Lei Estadual nº. 20.308/2012. A supressão de exemplares desta espécie deverá ser compensada de acordo com o previsto na referida legislação, conforme condicionante deste parecer.

A colheita florestal será desenvolvida utilizando o sistema semi-mecanizado, através de motosserras, para a derrubada das árvores e seu traçamento, sendo a desgalha efetuada com foices e machados.

O material lenhoso será utilizado para queima nos próprios fornos do empreendimento e o material de melhor qualidade, utilizado para uso nobre dentro da propriedade.

- **Reserva Legal**

Conforme matrículas apresentadas (7.491 e 32.287 - Comarca de Araxá), o imóvel encontra-se situado dentro do perímetro urbano do município de Araxá, portanto, não necessitando da comprovação de regularidade de Reserva Legal.

- **Impactos Ambientais**

A seguir serão descritos os possíveis impactos ambientais decorrentes das fases de implantação e operação do empreendimento.

- Alteração da paisagem: na fase de implantação do empreendimento, as atividades que irão gerar alterações da paisagem são supressão de vegetação nativa caracterizada por Floresta Estacional Semidecidual e a disposição de estéreis na pilha.

- Alteração do nível de pressão sonora: as operações de limpeza de vegetação, retirada e estocagem de solos orgânicos e terraplenagem deverão gerar ruídos, que pontualmente poderão modificar o nível de pressão sonora atualmente existente.

- Alteração da qualidade do ar: dentre as ações necessárias à implantação da infra-estrutura necessária à ampliação da Pilha de Estéril, algumas podem comprometer a qualidade do ar, como a limpeza de vegetação/roçada, a retirada e estocagem de solos orgânicos, a terraplenagem, a implantação de drenagem interna e da drenagem superficial.

- Intervenção em drenagens e surgências: Para a implantação da pilha de estéril prevê-se a canalização do curso de água, através de drenos de fundo, em 03 (trechos) situados na área pretendida de ampliação da pilha de estéril FASE 2A. Este processo deixará de ser perceptível a jusante, visto que os drenos de fundo terão a função de garantir a manutenção da vazão das nascentes e drenagens. Cabe mencionar que tais processos de outorga (canalização de curso d'água) foram analisados pela equipe técnica da SUPRAM TM AP e submetidos ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, por se tratarem de outorgas de grande porte, segundo a Deliberação Normativa CERH nº 7/2002; sendo que tais processos foram aprovados pelo referido comitê.

- Diminuição de áreas de Floresta Estacional Semidecidual: A supressão de vegetação dessas formações trará como impacto direto principal a diminuição da diversidade biológica, através da redução de populações e de produção e dispersão de propágulos, apesar de se tratar de supressão de fragmentos pequenos e sob efeito de borda.

- Redução de habitats e perda de indivíduos da fauna: o principal impacto sobre a fauna refere-se à redução e perda de habitats, decorrente da supressão da

vegetação na ADA. Elementos faunísticos associados aos fragmentos de vegetação nativa sofrerão com a perda de suas áreas de abrigo, alimentação, forrageamento e reprodução, causando uma redução no número de seus indivíduos

➤ Aumento das taxas de erosão: A exposição de solo à ação das águas pluviais e de escoamento superficial aumenta a taxa de erosão local. O avanço do decapeamento e das pilhas de material estéril promovem o aumento das áreas de solo exposto, cuja drenagem das águas pluviais deve ser disciplinada para evitar o aumento das taxas de erosão.

➤ Carreamento de partículas sólidas: O aumento das taxas de erosão implica também o transporte de partículas sólidas de áreas expostas para a drenagem natural. Porém, este processo ficará restrito às áreas de operação e estas partículas ficarão retidas nas caixas de sedimentação e no dique de contenção que atende a pilha atual de estéril.

➤ Emissão de material particulado: A emissão de material particulado decorre de diferentes atividades. As emissões mais significativas podem ser esperadas a partir da operação de transporte do estéril a ser disposto por caminhões. Este impacto ficará restrito às áreas operacionais do empreendimento e uma umectação mais intensa das vias utilizadas pelos caminhões reduzirá significativamente esta emissão de material particulado em suspensão.

➤ Geração de efluentes líquidos: Os principais efluentes líquidos são gerados nas oficinas de manutenção dos equipamentos móveis e correspondem a águas contendo óleos e graxas. Estes efluentes serão devidamente tratados em sistemas separadores de óleos e terão destinação final adequada através de empresas especializadas.

➤ Geração de resíduos sólidos: Na fase de implantação, os resíduos a serem gerados serão comuns à supressão de vegetação (restos de galhos e folhas), que deverão ser triturados e utilizados em trabalhos de plantios para reabilitação de áreas e paisagismo. Na fase de operação os tipos de resíduos gerados serão aqueles provenientes de atividades de manutenção, como embalagens, tambores e sucatas, cuja destinação adequada já é prevista no SGA da VALE FERTILIZANTES.

- **Programas e Projetos de Controle Ambiental**

➤ Programa de manejo da flora: Com relação aos trabalhos de supressão e remoção da vegetação nativa da propriedade, para as áreas em que haverá intervenção são propostas medidas a fim de restringir ao máximo os danos que possam ser causados ao meio ambiente, de forma que se aproveitem os recursos daí extraídos, assim, propõe-se a adoção das seguintes diretrizes:

a) delimitação física das áreas de intervenção e desmatamento;

b) colheita e aproveitamento do material lenhoso e dos resíduos vegetais provenientes das operações de supressão de vegetação nativa;

c) identificação de matrizes para coleta de sementes e produção de mudas, localizados nas áreas de futura supressão;

d) reflorestamentos com espécies da flora nativa, que beneficiem a manutenção da fauna ameaçada, identificada nestes estudos como ocorrente na área de influência direta do empreendimento;

➤ Programa de controle de erosão e assoreamento: Na fase de implantação do empreendimento o controle de erosão e assoreamento será feito com a construção de sistema de drenagem de águas pluviais e bacias de decantação provisórias, captando

as águas de escoamento superficial provenientes das áreas em solo exposto, retendo o material sólido antes do despejo nas drenagens naturais. Na fase de operação será necessário implantar, em toda a área do depósito de estéril, um sistema de drenagem de águas pluviais, consistindo de canaletas de captação, valetas de escoamento, caixas de decantação de sólidos e sistemas de dissipação de energia, em forma de escadas hidráulicas. As canaletas de captação serão construídas na base dos taludes, em cada berma, sem revestimento, com escoamento direcionado para as valetas de escoamento, estas revestidas de concreto, intercaladas com caixas de decantação e escadas hidráulicas em terrenos inclinados.

➤ Programa de Gestão de resíduos: o empreendimento conta com procedimentos específicos para cada tipo de resíduo gerado. O sistema de gerenciamento, tratamento e disposição final dos resíduos da empresa define as condições de acondicionamento temporário e a destinação final para cada tipo de resíduo.

➤ Programa de controle de emissão de material particulado: Para controle de material particulado deve ser seguida a recomendação de umectação das vias de circulação do depósito de estéril. Atualmente a empresa conta com 4 caminhões-pipa, que consumem cerca de 1.000 m³/dia de água.

➤ Programa de controle da qualidade das águas: As medidas mitigadoras em impactos ocorridos sobre a disponibilidade dos recursos hídricos devem ser realizadas de forma que a rede de drenagem mantenha a quantidade e qualidade anterior à ampliação do depósito de estéril. Assim, é prevista a implantação de drenagem de fundo (construídos com pedras e envoltos em brita e geotextel como transição) nos cursos hídricos que sofrerão interferência em função das atividades de disposição de estéril, sendo que estes drenos serão direcionados para o córrego Capivarinha, para o qual drenam atualmente suas águas. Segue como condicionante deste Parecer Único que o empreendimento apresente a SUPRAM TM AP proposta de implantação dos medidores de vazão a serem instalados nos drenos de fundo, a fim de garantir a vazão das nascentes e curso d'água, que serão impactados pela implantação das pilhas de estéril; As águas pluviais serão contidas em diques, construídos com extravasor e maciço de enrocamento ou em argila compactada, situados a jusante do depósito de estéril e posteriormente serão direcionadas até as drenagens naturais por meio de canaletas.

➤ Programa de revegetação: O programa de revegetação prevê a implantação de vegetação herbácea e gramíneas para estabilização dos taludes e bermas do depósito de estéril. Será efetuado o plantio a lanço de espécies leguminosas herbáceas para o rápido recobrimento deste solo, contribuindo também para a elevação dos teores de matéria orgânica e nutrientes, principalmente nitrogênio.

- **Monitoramento Ambiental**

a) Fase de Instalação

➤ Qualidade do ar: O monitoramento da qualidade do ar, para material particulado em suspensão, já é realizado nas áreas da VALE FERTILIZANTES em Araxá, por meio de amostradores de grande volume. A periodicidade e os pontos de amostragem serão os mesmos daquelas realizadas atualmente, ou seja, 6 (seis) dias em 5 (cinco) pontos de monitoramento.

➤ Qualidade das águas superficiais: O monitoramento da qualidade das águas superficiais será com coletas no ponto A1 (amostrado na elaboração do diagnóstico

ambiental). A periodicidade será mensal. Os parâmetros a serem analisados serão os mesmos do diagnóstico ambiental.

➤ Monitoramento de ruídos: O monitoramento dos níveis de ruídos já é realizado pela VALE FERTILIZANTES, com periodicidade anual, no entorno do depósito de estéril e também no bairro Alto Paulista e Barreiro no período diurno, período de operação do depósito de estéril. Este monitoramento será continuado durante as fases seguintes de implantação e operação do depósito de estéril SW – FASE 2.

➤ Monitoramento da fauna: O acompanhamento da fauna será feito em toda a fase de implantação, principalmente por ocasião da supressão da vegetação, de modo a monitorar o deslocamento da fauna e possíveis resgates da fauna afetada. Também será monitorada a fauna na área de influência direta - AID do empreendimento. Serão realizadas 02 (duas) campanhas semestrais, a partir do início da implantação do empreendimento.

➤ Monitoramento da flora: A supressão de vegetação será acompanhada por um engenheiro florestal ou agrônomo, e os limites das áreas a serem suprimidas serão demarcados para não haver avanço sobre áreas não previstas.

b) Fase de Operação

➤ Qualidade do ar: A amostragem ambiental da qualidade do ar já é realizada atualmente com amostradores de grande volume instalados nos locais de monitoramento, e terão continuidade na fase de operação do depósito de estéril. Atualmente é realizada uma amostragem a cada 6 dias, como determina a norma. Os parâmetros a serem analisados serão os mesmos atualmente amostrados: Partículas Totais em Suspensão (PTS), dióxido de enxofre (SO₂), Flúor, amônia (NH₃), e pH.

➤ Qualidade das águas: O monitoramento das águas superficiais será realizado mensalmente, no ponto A1. Serão analisados os mesmos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos do diagnóstico ambiental.

➤ Monitoramento de ruídos: O monitoramento de ruídos, já realizado atualmente, terá continuidade na fase de operação, nos pontos mais críticos, principalmente nas comunidades do entorno, como no bairro Alto Paulista e Barreiro. O tráfego de caminhões será o maior incômodo. As medições serão diurnas e noturnas e realizadas semestralmente.

➤ Monitoramento da fauna: Será realizado o monitoramento da fauna por 2 (dois) anos após o início da operação. As campanhas serão semestrais e visarão acompanhar a fauna ameaçada identificada no diagnóstico ambiental.

➤ Monitoramento geotécnico do depósito de estéril: Conforme apresentado nos estudos ambientais, o monitoramento geotécnico da pilha de estéril será efetuado com marcos superficiais nas regiões onde o depósito atingir o seu avanço final e medidor de vazão dos drenos de fundo. Complementarão o monitoramento inspeções periódicas mensais, para identificação de sinais de instabilidade e de erosão, e levantamentos topográficos das seções, para verificação da sua conformidade com o projeto. Com relação a este monitoramento é importante destacar que o mesmo será efetuado para toda a pilha de estéril, integrando-se a porção em expansão, ora projetada, com aquela existente em operação.

➤ Marcos superficiais: Conforme apresentado no EIA os marcos superficiais serão confeccionados com concreto, com pino metálico onde é rosqueado o elemento para leitura (prisma). Estes prismas serão controlados com levantamento topográfico de precisão (preferencialmente estação total), a partir de uma rede primária e secundária

de referência. Esta rede é composta por cerca de 3 a 5 marcos, instalados em pontos reconhecidamente estáveis. Com os marcos da rede de referência primária confere-se a posição secundária e, destas, controlam-se os marcos (terciários) no depósito de estéril. Estes marcos serão lidos com frequência mensal e as leituras serão plotadas em gráfico deslocamento vertical x tempo e em planta, mostrando a resultante horizontal.

➤ Medida de vazões nos drenos: A vazão de água dos drenos instalados no fundo dos vales, sobre os quais será executada a pilha de estéril, será canalizada para um medidor triangular, que permitirá o controle desta vazão. As vazões deverão ser medidas mensalmente.

➤ Inspeções visuais: As inspeções visuais serão efetuadas quinzenalmente, quando serão vistoriados as bermas e taludes, buscando identificar feições que denotem instabilidade (trincas, estufamento), erosões, obstrução ou dano ao sistema de drenagem superficial etc. Estas inspeções deverão ser conduzidas por técnico da VALE FERTILIZANTES, treinado para realizar as inspeções visuais nas pilhas de estéril, e todas as informações de conformidade ou não conformidade deverão registradas em formulário próprio de inspeção.

➤ Avaliação da segurança: As leituras dos marcos, assim como a folha de registro da inspeção visual e das leituras de vazões dos drenos, serão analisadas à medida da sua obtenção. Caso se constate qualquer anormalidade, ações corretivas terão de ser tomadas pela VALE FERTILIZANTES. A inspeção visual da pilha de estéril deverá ser analisada quinzenalmente e todos os dados de monitoramento deverão ser analisados semestralmente. Esta avaliação resultará em um relatório, onde serão apresentados todos os dados coletados, gráficos e tabelas, com sua interpretação e recomendações. As leituras dos instrumentos, das vazões e as inspeções poderão ser efetuadas por técnicos habilitados da VALE FERTILIZANTES.

c) Fase de desativação

➤ Qualidade das águas superficiais: O monitoramento das águas superficiais será após a desativação das atividades, no mesmo ponto monitorado na fase de operação.

➤ Qualidade do ar: Na fase de desativação será realizado o monitoramento da emissão de material particulado em suspensão, com amostrador de grande volume, nos mesmos pontos da fase de operação, com periodicidade de uma amostragem de 24h a cada seis dias. Após a conclusão das atividades de recuperação e revegetação será encerrado este monitoramento.

• **Compensações**

a) **Compensação Ambiental**

O projeto de ampliação da Pilha de Estéril Dora Lemos Oeste intervirá em uma área de 80,00 ha, acarretando em aumento da erodibilidade do solo; emissão de sons e ruídos residuais; alteração da qualidade físico-química da água e do solo; afugentamento da fauna local; além da supressão de vegetação efetuada na instalação do empreendimento. Deste modo, a equipe de análise da SUPRAM TM AP entende que em razão da existência de significativo impacto ambiental cabe a incidência de compensação ambiental no empreendimento, de acordo com a Lei nº 9.985/00 e Decreto estadual nº 45.175/09 alterado pelo Decreto nº 45.629/11.

b) **Compensação por Supressão de Vegetação do Bioma Mata Atlântica**

Para a instalação do empreendimento estão previstas supressão de 13.30,00 ha de vegetação de fisionomia associada ao bioma da Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual), no estágio médio de regeneração. Deste modo, sugere-se a aplicação

da compensação estabelecida no Art. 32, da Lei nº 11.428/2006, na proporção de, no mínimo, o dobro da área a ser suprimida, conforme define a DN COPAM 76/2004. A proposta da medida compensatória foi protocolada no Escritório Regional do IEF Patos de Minas, o qual, através de parecer técnico, aprovou a área proposta para compensação. O parecer técnico será encaminhado para deliberação na Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas – CPB do COPAM, em reunião a ser realizada no dia 24/04/2017, conforme dispõe a Portaria IEF n. 30/2015.

c) Compensação por Supressão de indivíduos arbóreos isolados ameaçados de extinção

Para a instalação do empreendimento estão previstas a supressão de 04 (quatro) cedros (*Cedrela fissilis* Vell, os quais se encontram ameaçados de extinção conforme Portaria Ibama Nº 443, de 17 de Dezembro de 2014. Deste modo, sugere-se a aplicação da compensação estabelecida no art. 5º da Deliberação Normativa COPAM nº 114, de 10 de abril de 2008, ou seja, para cada indivíduo arbóreo isolado suprimido a empresa deverá realizar a compensação/plantio de 50 mudas. Cabe mencionar que reposição deverá ser efetuada com espécies nativas típicas da região, preferencialmente do(s) grupo(s) de espécies a serem suprimidas.

d) Compensação por intervenção em APP

Para a instalação do empreendimento estão previstas intervenções em áreas de preservação permanente, em um quantitativo total de 5.60,21 ha, sendo que destes 4.90,21 ha são caracterizados por vegetação nativa. Cabe mencionar que o empreendimento em questão é considerado como de utilidade pública conforme disposto no art. 3º, da Lei Estadual nº 20.922 de 16/10/2013, e que a intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais e de baixo impacto, conforme fundamentado no art. 12º, Lei Estadual nº 20.922 de 16/10/2013. Como medida compensatória pela intervenção em APP foi recomendada, assim, a cobrança da compensação prevista no art. 5º, da Resolução CONAMA 369/06.

e) Compensação por supressão de espécies protegidas por lei e ameaçadas de extinção

Considerando os termos da Lei Estadual nº 9.743/88, modificada pela Lei Estadual 20.308/2012, a empresa deverá apresentar proposta de compensação para os 54 (cinquenta e quatro) exemplares de Ipê amarelo (*Tabebuia* sp) suprimidos para a implantação do empreendimento, na forma prevista na referida legislação.

Caso o empreendedor opte pela compensação através de plantio, o mesmo deverá realizar o plantio de no mínimo 05 (cinco) mudas catalogadas e identificadas do Ipê-amarelo por árvore a ser suprimida, conforme estabelecido no art. 2º, § 1º da Lei Estadual nº. 20.308/2012.

f) Compensação do artigo 75 da Lei 20.922/2013

O empreendimento realizará a supressão de vegetação nativa, sendo recomendada a incidência da compensação florestal/minerária, de acordo com o artigo 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 (compensação florestal por supressão de vegetação nativa para implantação de empreendimentos minerários).

O procedimento para cumprimento dessa compensação está descrito na Portaria IEF nº 90 de 01 de setembro de 2014. Caberá a CPB (Câmara de Proteção à Biodiversidade) do COPAM aprovar a proposta de medida compensatória apresentada pelo empreendedor.

- **Conclusão da equipe da SUPRAM**

A equipe interdisciplinar da Supram TM/AP sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença Prévia e de Instalação Concomitantes para Ampliação do empreendimento Vale Fertilizantes S.A para a atividade de Pilhas de Estéril, no município de Araxá-MG, pelo prazo de 06 (seis) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Isto posto, os Conselheiros que abaixo assinam sugerem deferimento da Licença de Instalação Corretiva, nos termos do Parecer da SUPRAM SM N.º 0423494/2015.

É o nosso Parecer.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2017.

João Carlos de Melo
Representante do IBRAM

Júlio César Nery Ferreira
Representante do Sindiextra